

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

## **PERSPECTIVAS PARA UMA NOVA POLÍCIA<sup>1</sup>**

**Donavan Farias Machado<sup>2</sup>.**

<sup>1</sup> Monografia apresentada no curso de Direito do IESA - CNEC

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Instituto de Ensino Superior de Santo Ângelo (IESA/CNEC); graduando em Teologia pelo Instituto Missioneiro de Teologia (IMT/URI-SAN).

### **1. Introdução**

Este trabalho aborda a filosofia de polícia comunitária como um novo meio para as polícias militares de prevenir e corrigir desordens sociais, como também garantir a segurança pública a todos. Tem por objetivo expor as dificuldades enfrentadas pelas polícias militares brasileiras em preservar a ordem pública e a segurança pública, tendo como base sua forma organizacional e seus métodos de policiamento empregado. O estudo consistiu nos aspectos históricos da instituição policial e no seu emprego pelo Estado brasileiro pós-Constituição de 1988, como também nas características da polícia comunitária, dos métodos de policiamento comunitário e do policiamento orientado para a solução de problemas. Os resultados do trabalho apontam que a mudança dos meios empregados no atual trabalho policial podem trazer grandes benefícios tanto para a instituição policial como para a comunidade a ser policiada. O policiamento reativo e o policiamento ostensivo, meios empregados atualmente pelas polícias militares, que consistem em combater o crime pela simples presença do policial fardado, encontram-se obsoletas em face dos vários meios de transgredir a lei. Para possibilitar a reversão da atual situação, é necessária a implantação da filosofia da polícia comunitária como forma de interpretar a origem da violência e da criminalidade possibilitando aplicar os meios adequados no trabalho de sua prevenção.

### **2. Metodologia**

Na metodologia, empregou-se a pesquisa bibliográfica qualitativa, abrangendo a leitura e análise de teses, obras doutrinárias, leis e artigos.

### **3. Resultados e Discussão**

As polícias militares brasileiras são questionadas diariamente por suas atuações no trabalho policial. Essas indagações surgem quando se defronta com estudos sobre violência e criminalidade.

O Mapa da Violência de 2013, organizado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, coordenado pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz (2013), informa que, no ano de 2010, 36.792 pessoas foram vítimas de homicídios por arma de fogo, 21.843 dos homicídios encontram-se na faixa etária de 15 a 29 anos. A pesquisa aponta ainda que no Brasil há uma disseminação da cultura da violência, pois, em vez de eliminar o conflito, prefere-se eliminar o próprio oponente.

Em frente aos fatos, surgem as perguntas: o que há de errado com a segurança pública no Brasil? Está-se diante da falência das instituições de segurança pública? Perda da força das polícias

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

militares diante da desordem e da criminalidade, falhas nas estratégias policiais ou, segundo Marcos Rolim, “será possível imaginar a garantia da segurança pública exclusivamente através dos papéis a serem cumpridos pelo Estado, sem considerar a ação das pessoas e o papel da sociedade civil?” (2012, p. 21).

A expectativa da sociedade perante o resultado do trabalho das polícias militares em combater o crime é muito grande. Contudo, a preservação da ordem pública e a manutenção da segurança pública, estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, abordam noções abstratas do dever das polícias militares. Afirmo Herman Goldstein que “o vigor da democracia e a qualidade de vida desejada por seus cidadãos estão determinados em larga escala pela habilidade da polícia em cumprir suas obrigações” (2003, p. 13).

Assim, basta saber se o que se espera das polícias militares são realmente suas responsabilidades. É necessário definir o seu real trabalho, quer “operem como um braço do sistema de justiça criminal, ou que priorizem estratégias de redução de criminalidade” (ROLIM, 2012, p. 21-22).

Rolim (2012) atesta que as polícias militares estão acometidas pela “síndrome da rainha vermelha”. Esta metáfora retirada da obra “Através do Espelho”, de Lewis Carrol, relata o momento em que Alice se encontra com a Rainha Vermelha e esta lhe convida para correr no seu reino. Ao final, Alice percebe que sua corrida com a Rainha não lhe levou a lugar algum, e por mais esforços que empregava em sua corrida, permanecia sempre no mesmo lugar.

O paradoxo vivido por Alice se enquadra com a realidade das polícias militares, pois há uma incapacidade da administração pública em perceber que os investimentos empregados no atual modelo de polícia não demonstram resultados favoráveis e parece que, na maioria das vezes, há uma insistência em investir no que não funciona.

A partir dessa abordagem e dos entraves enfrentados pelas polícias militares, Jesus (1999, p. 36) compreende que “a concepção de polícia, aqui desenhada, exige uma mudança de entendimento do papel do profissional de polícia pela própria polícia, decorrente de uma melhor compreensão da sua sociedade”.

Pode-se perceber que o método de policiamento utilizado pelas polícias militares não é condizente com a realidade social no Brasil. É necessário, para construir uma técnica de policiamento efetiva, considerar todas as circunstâncias que, se somadas, possam ocasionar um problema.

Nesse novo modelo, a responsabilização pelo trabalho de prevenção dos distúrbios sociais não depende apenas de um seguimento estatal, mas, conforme interpreta Jesus (1999), de um amplo sistema de prevenção que envolva a sociedade organizada, os poderes constituídos e principalmente o envolvimento da comunidade. É a partir desse entendimento que se constrói o ideal de Polícia Comunitária.

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

Robert Trojanowicz e Bonnie Bucqueroux entendem que a Polícia Comunitária é “uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre população e polícia. [...] polícia e comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver os problemas [...]” (2003, p.4).

A polícia comunitária, por meio do policiamento comunitário e também pelo policiamento orientado para a solução de problemas, interage com a comunidade, identificando os fatores de risco à segurança e à salubridade do bairro.

Para Bayley e Skolnick, “a premissa central do policiamento comunitário é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança” (2002, p. 18). Essa estratégia transforma o público em “coprodutor da segurança e da ordem, juntamente com a polícia” (BAYLEY; SKOLNICK, 2002, p. 18).

A desordem no bairro remete a vários fatores que, se somados, resultam na criminalidade. Para Dennis P. Rosenbaum, “a desordem é extremamente importante porque manda um sinal claro aos residentes e outros que utilizam os locais em que a ordem social deteriorou” (2002, p. 35). Esse ambiente remete ao criminoso potencial a ideia de que poderá agir sem ser impedido.

Explicando a estratégia, Bayley e Skolnick (2002) apresentam quatro fatores norteadores do policiamento comunitário, que são: 1) organizar a prevenção do crime tendo como base a comunidade; 2) reorientar as atividades de patrulhamento para enfatizar os serviços não emergenciais; 3) aumentar a responsabilização das comunidades locais; e 4) descentralizar o comando.

O primeiro fator representa a antítese do policiamento tradicional ou reativo, ou seja, ao invés de esperar para que um crime aconteça, a organização e prevenção do crime “incorpora a noção de uma conduta proativa no sentido de identificar as condições que agenciam imediatamente o crime, na tentativa de preveni-lo” (ROLIM, 2012, p. 77-78).

Esse fator remonta à ideia do policiamento orientado para a solução de problemas desenvolvido por Herman Goldstein. Afirma Goldstein (2002) que a polícia deve se preocupar não apenas em resolver incidentes, mas antes disso, em diagnosticar os problemas sociais, trabalhar em conjunto com outros órgãos e investir recursos para esses fins.

O segundo fator que consiste na reorientação das atividades de patrulha com o objetivo de enfatizar os serviços de caráter não emergenciais reflete em dois subfatores, que são: 1) a eliminação de elementos que potencializados possam desencadear a violência; e 2) a diminuição da sensação de insegurança da comunidade. Isto é, a presença constante do policial faz com que eventuais distúrbios não ocorram fazendo com que a sensação de proteção da comunidade aumente.

Sobre a sensação de insegurança, Goldstein (2002) relata o caso de um sargento da Polícia de Chicago que frequentemente recebia ligações e reclamações de pessoas que, a julgar pelos casos

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

que lhe relatavam sobre “criminosos invisíveis” que as perturbavam, sofriam de alguma debilidade mental. O policial então respondia às pessoas que estaria acionando um “pelotão invisível” para impedir a ação dos criminosos, fazendo os reclamantes ficarem bem satisfeitos com o trabalho. Conclui Goldstein que “este sargento talvez tenha, inconscientemente, colocado o dedo sobre algo que tem tudo a ver com o policiamento” (2002, p. 71).

O terceiro fator compreende a ideia de que a polícia não consegue suportar o “fardo” sozinha, é necessário que se divida o peso. Sobre o tema, expõe Rosenbaum que “talvez o maior erro da história do policiamento moderno tenha sido dar à polícia a responsabilidade e a responsabilização plenas pela segurança pública” (2002, p. 39).

O quarto fator, a descentralização do comando, compreende uma nova forma organizacional, específica da polícia comunitária. A autonomia do policial é a característica principal deste fator. Independente se está resolvendo um conflito, auxiliando comunidades, bairros, escolas e etc., o policial não precisará pedir permissão ao seu superior para dar o próximo passo ou para qual lado deverá seguir.

A descentralização do comando para a Polícia Comunitária abarca o entendimento de que o trabalho policial necessita ser adaptável, pois “[...] as comunidades têm prioridades e problemas diferentes de policiamento” (BAYLEY; SKOLNICK, 2002, p. 33).

Assim, “o modelo de policiamento comunitário não propõe objetivos diferentes de policiamento (por exemplo, reduzir o crime continua sendo o objetivo principal da polícia), mas ao contrário, sugere que meios alternativos de se atingir a estes objetivos devem receber mais atenção” (BRODEUR, 2002, p. 33). Os meios alternativos surgem da pretensão em “mobilizar a participação do público, avaliar a opinião do consumidor a respeito dos serviços policiais, e comunicar informações que possam ajudar os policiais a realizar seus deveres com mais eficácia” (BAYLEY; SKOLNICK, 2002, p. 31).

A segurança deve ser compreendida como um produto final do engajamento com a comunidade. E para isso a polícia não deve ser interpretada como força policial, mas como detentora de um serviço policial. Assim, pois, o policial comunitário “[...] deve assumir um papel de liderança e servir como um catalisador da mudança comunitária” e “[...] engajar a comunidade em maneiras experimentais de resolver os problemas do bairro” (ROSENBAUM, 2002, p. 40-41).

Conforme Leslie G. Scarman, “uma força policial que não trocar ideias com população não poderá ser eficiente” (apud ROLIM, 2012, p. 70). Uma das causas que contribuem para o bom trabalho da polícia e à satisfação da comunidade é a relação de confiança entre o policial e o cidadão.

•

#### 4. Conclusão

Discussões sobre os problemas na área de segurança pública são importantes e sempre bem-vindas. Pois, além de enriquecer os estudos acadêmicos sobre o assunto, auxiliam as polícias no

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

desempenho de sua função, aumentando, assim, o profissionalismo do ofício policial e afastando, como consequência, os métodos “medievais” de policiamento.

Vive-se em uma guerra em que as pessoas são reféns da própria negligência das autoridades de segurança pública em reconhecer que é necessária a mudança dos métodos de policiamento empregados e que esses já não condizem com a realidade social no Brasil. No decorrer no trabalho, constataram-se, pelo menos, três problemas que afligem as polícias militares.

O primeiro é que as polícias militares são vistas como “pequenos exércitos” dos estados. Concepção essa herdada dos governos ditatoriais que se resumia na seguinte premissa: combater qualquer tipo de transgressão que possa atingir a segurança do Estado. Neste cenário, Dominique Monjardet (2003) apresenta a instituição policial como o “martelo” do Estado, meio em que o “mestre” materializa a sua vontade. A polícia tornou-se uma ferramenta política do governo, impedindo que formas estratégicas de policiamento, como a comunitária e a orientada para a resolução de problemas, das quais os efeitos de tais métodos serão sentidos em longo prazo, façam parte do discurso e da pauta política dos governantes.

O segundo problema é a falta de objetividade no trabalho policial. Preservar a ordem pública é uma tarefa muito complexa, pois o próprio conceito de ordem pública é muito amplo e não taxativo. Não se pode, portanto, responsabilizar a instituição policial pelos fatores que contribuem para a desordem pública, uma vez nem sempre a desordem é resultado da insuficiência da instituição policial, mas das deficiências de outras instituições do Estado (família, educação, saúde...).

O terceiro problema é a própria estrutura das polícias militares. As polícias militares devem deixar de ser uma força policial a serviço do Estado para um serviço policial à comunidade. A cultura construída na instituição policial ao longo dos anos de que o “bom” policial é aquele que efetua o número máximo de prisões não é o meio correto de se chegar à solução do problema. A premissa do policiamento reativo deve ser substituída pelo policiamento proativo, o qual consiste no agir antes do cometimento do crime, focando-se aos problemas que disseminam a desordem social.

A temática tratada na presente pesquisa, por mais interessante e atual que seja, não tem ponto final. Apresenta-se aberta a novas pesquisas, uma vez que sua amplitude e horizonte mostram terras férteis para novos estudos e novas conclusões. Mesmo assim, deixou, nestas páginas, um veio, uma luz.

##### 5. Palavras-chave

Segurança pública. Polícia militar. Polícia comunitária.

##### 6. Referências Bibliográficas

BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. Nova polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: USP, 2001.

BRODEUR, Jean-Paul. Como reconhecer um bom policiamento. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: USP, 2002.

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

BUCQUEROUX, Bonnie; TROJANOWICZ, Robert. Policiamento comunitário: como começar. Tradução Mina Seinfeld de Carakushansky. 3ed. São Paulo: 2003.

GOLDSTEIN, Herman. Policiando uma sociedade livre. Tradução Marcello Rollenberg. Revisão da tradução Maria Cristina P. da Cunha Marques. São Paulo: USP, 2003.

JESUS, José L. B. de. Polícia militar & direitos humanos. Segurança Pública Brigada Militar e os Direitos Humanos no Estado Democrático de Direito. Curitiba: Juruá, 2008.

MONJARDET, Dominique. O que faz a polícia. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: USP, 2003.

ROLIM, MARCOS. A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI. 2ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Center of brazilian studies, 2002.

ROSENBAUM, Dennis P. A mudança no papel da polícia: avaliando a transição para policiamento comunitário. In: BRODEUR, Jean-Paul. Como reconhecer um bom policiamento. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: USP, 2002.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2013: mortes matadas por armas de fogo. 2013. Disponível em: [http://www.mapadaviolenci.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013-\\_armas.pdf](http://www.mapadaviolenci.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013-_armas.pdf). Acesso em: 02 ago. 2013.